



EMENDA Nº - CCJ
(à PEC nº 31, de 2008)

Altere-se o art. 2º da PEC nº 31, de 2008, para incluir novo inciso IV ao §7º do art. 155 da Constituição Federal e, em consequência, dê-se a seguinte redação ao art. 158 da Constituição Federal e ao art. 6º da PEC nº 31, de 2008:

“Art. 2º

‘Art. 155.

§7º

IV – será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei estadual, desde que isso não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

.....

Art. 158.

.....

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis nele situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 155, § 7º, IV;
.....’ (NR)”

“Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – em relação aos arts. 2º e 5º, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação;

II – em relação aos demais artigos, a partir da data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é de competência da União (art. 153, VI e § 4º, da Constituição Federal – CF).



Acreditamos, contudo, que essa previsão constitucional não é a mais adequada, motivo pelo qual apresentamos, juntamente com outros Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31, de 2008, que tem como um dos objetivos transferir, da União para os Estados e para o Distrito Federal, a competência para instituir e arrecadar referido imposto.

Ocorre que cinquenta por cento da arrecadação desse tributo cabe aos Municípios, relativamente aos imóveis neles situados, a teor do art. 158, inciso II, da CF. Além disso, sua cobrança e fiscalização poderão ser realizadas por esses entes federados, os quais, nesse caso, terão direito à totalidade do valor arrecadado (art. 158, II, c/c art. 153, § 4º, III, da CF).

A PEC nº 31, de 2008, em nenhum momento, tencionou alterar a destinação dos recursos arrecadados com o ITR. Ou seja, seu objetivo é apenas alterar a competência para a instituição e a arrecadação do imposto. Entretanto, acreditamos que podemos aperfeiçoar o texto da PEC para afastar qualquer dúvida sobre a questão, razão pela qual apresentamos esta emenda.

Assim, com a aprovação da PEC, a competência para a instituição e arrecadação do ITR passa a ser dos Estados e do Distrito Federal, restando claro que a destinação dos recursos continua sendo, parcial ou totalmente, dos Municípios, nos moldes atualmente vigentes.

Sala da Comissão,

Senador EXPEDITO JÚNIOR